Revista Brasileira de Educação do Campo
Brazilian Journal of Rural Education
ARTIGO/ARTICLE/ARTÍCULO

Mulheres rurais e literacia digital: relato da experiência da articulação entre pesquisa, ensino e extensão

Ivonete da Silva Lopes[1], Bianca Aparecida Lima Costa[2], Júlia Maria Nogueira Silva[3]
[1] Universidade Federal de Viçosa - UFV. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Av. Purdue, s.n. Campus Universitário. Viçosa-MG. Brasil. [2] Universidade Federal de Viçosa - UFV. [3] Universidade Federal de Viçosa - UFV.
.
Autor para correspondência/Author for correspondence: ivonetesilvalopes@gmail.com

RESUMO. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um pilar importante das universidades brasileiras e, embora seja prevista na Constituição Federal de 1988, sua implementação ainda é um desafio cotidiano no ensino superior. Projetos e experiências que conseguem articular estas três dimensões merecem ser sistematizados, a fim de promover reflexões sobre os caminhos metodológicos e os principais resultados destas iniciativas. Este artigo se insere nesta perspectiva ao analisar a experiência desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero da Universidade Federal de Viçosa, com mulheres de uma comunidade quilombola e um assentamento da Reforma Agrária da Zona da Mata de Minas Gerais. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão ocorreu por meio de uma proposta relacionada ao acesso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) como um direito fundamental e ferramenta potencializadora da autonomia das mulheres rurais. Foram realizadas oficinas de literacia digital para 15 quilombolas e 12 assentadas, durante o ano de 2023. Os resultados evidenciaram que, apesar das barreiras socioeconômicas e digitais, as participantes ampliaram suas habilidades técnicas e políticas no uso das TIC, fortalecendo sua autonomia e comunicação comunitária. Além disso, o projeto reforçou a importância da metodologia dialógica e participativa na extensão universitária, destacando a necessidade de políticas públicas que garantam acesso equitativo à tecnologia e formação digital para mulheres rurais. As atividades de extensão incluíram oficinas de técnicas de fotografia pelo celular, design gráfico (Canva) e Instagram.

Palavras-chave: mulheres quilombolas, mulheres assentadas, TIC, ODS, literacia digital, extensão universitária, metodologia participativa.

Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Rural Women and Digital Literacy: A Report on the Experience of Integrating Research, Teaching, and Extension

ABSTRACT. The inseparability of teaching, research, and extension is an important pillar of Brazilian universities. Although it is outlined in the Federal Constitution of 1988, its implementation remains a daily challenge in higher education. Projects and experiences that successfully integrate these three dimensions deserve to be systematized to foster reflections on methodological pathways and the main results of these initiatives. This article aligns with this perspective by analyzing the experience developed by the Research Group Meios – Communication, Racial Relations, and Gender at the Federal University of Viçosa, with women from a quilombola community and a land reform settlement in the Zona da Mata region of Minas Gerais. The integration of teaching, research, and extension occurred through a proposal related to access to and appropriation of information and communication technologies (ICT) as a fundamental right and a tool to enhance the autonomy of rural women. Digital literacy workshops were conducted for 15 quilombola women and 12 women from the settlement throughout 2023. The findings revealed that, despite socioeconomic and digital barriers, participants expanded their technical and political skills in using ICT, strengthening their autonomy and community communication. Furthermore, the project reinforced the importance of dialogical and participatory methodologies in university extension, highlighting the need for public policies that ensure equitable access to technology and digital training for rural women. The extension activities included workshops on cellphone photography techniques, graphic design (Canva), and Instagram.

Keywords: quilombola women, settled women, ICT, SDGs,digital literacy, university extension, participatory methodology.

Mujeres Rurales y Literacidad digital: Un Informe sobre la Experiencia de Integrar Investigación, Enseñanza y Extensión

RESUMEN. La inseparabilidad de la enseñanza, la investigación y la extensión es un pilar importante de las universidades brasileñas. Aunque esté delineada en la Constitución Federal de 1988, su implementación sigue siendo un desafío cotidiano en la educación superior. Los proyectos y experiencias que integran con éxito esas tres dimensiones merecen ser sistematizados para fomentar la reflexión sobre los caminos metodológicos y los principales resultados de esas iniciativas. Este artículo se inscribe en esta perspectiva al analizar la experiencia desarrollada por el Grupo de Investigación Meios – Comunication, Relaciones Raciales y Genero de la Universidad Federal de Viçosa, con mujeres de una comunidad quilombola y de un asentamiento de reforma agraria de la Zona da Mata, en Minas Gerais. La integración de la enseñanza, la investigación y la extensión se produjo a través de una propuesta relacionada con el acceso y la apropiación de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) como un derecho fundamental y una herramienta para mejorar la autonomía de las mujeres rurales. Se realizaron talleres de alfabetización digital para 15 mujeres quilombolas y 12 mujeres del asentamiento a lo largo de 2023. Los resultados evidenciaron que, a pesar de las barreras socioeconómicas y digitales, las participantes ampliaron sus habilidades técnicas y políticas en el uso de las TIC, fortaleciendo su autonomía y comunicación comunitaria. Además, el proyecto reforzó la importancia de la metodología dialógica y participativa en la extensión universitaria, destacando la necesidad de políticas públicas que garanticen acceso equitativo a la tecnología y formación digital para mujeres rurales. Las actividades de extensión incluyeron talleres sobre técnicas de fotografía móvil, diseño gráfico (Canva) e Instagram.

Palabras clave: mujeres quilombolas, mujeres asentadas, TIC, ODS, alfabetización digital, extensión universitaria, metodología participativa.

Introdução

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 como estratégia de qualificar as atividades acadêmicas em relação ao aprimoramento das ações de ensino e ao engajamento social nas atividades de pesquisa e extensão. Este tripé foi estabelecido em função de processos de mobilização de movimentos sociais e diferentes organizações com intuito de transformar as universidades em espaços democráticos, de promoção de justiça e igualdade (Gonçalves, 2015; Fontenele, 2024).

A elitização do ensino superior ao longo do século XX e, de alguma maneira, o afastamento destas instituições das demandas populares e coletivas contribuíram para a inclusão da extensão universitária, como uma dimensão que deveria coexistir com pesquisa e ensino. A indissociabilidade significa, portanto, que as universidades devem promover mudanças sociais, produzir conhecimento socialmente engajados e ambientalmente relevantes e formar profissionais críticos(as), preparados(as) para a superação dos desafios enfrentados no país e exercer a cidadania (Gonçalves, 2015, Fontenele, 2024).

No entanto, o marco estabelecido há algumas décadas não se efetivou no cotidiano universitário da forma prevista no texto constitucional. Em geral, é frequente observar a priorização de apenas dois desses elementos, neste caso, ensino e pesquisa (Moita, Andrade, 2009). A formação dos(as) estudantes, que posteriormente podem se tornar docentes, não privilegia a extensão universitária. A institucionalização deste campo seguiu processos lentos com muitos debates conceituais sobre a perspectiva de "difundir conhecimentos" ou construí-los de maneira dialógica (Gonçalves, 2015, Fontenele, 2024). Além disso, há menores aportes financeiros para ações extensionistas e a desvalorização social em relação ao ensino e à pesquisa (Fontenele, 2024).

Como uma forma de diminuir estes problemas, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, do Plano Nacional de Educação - PNE estabeleceu "... assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social". Em 2018, a resolução número 7 do Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as diretrizes para a extensão universitária, estipulando um prazo de 3 anos para adaptação das instituições de ensino (Brasil, 2018).

Apesar da lei, no geral, há muitas dificuldades na creditação da extensão. Na prática, este processo revelou que as universidades não estão preparadas para efetivar a indissociabilidade de fato. No cotidiano, sustentar o tripé exige uma mudança institucional significativa e enfrenta diversos desafios (Fontenele, 2024). Destaca-se a necessidade de investir na formação dos(as) docentes, levando em conta que a maioria não está preparado(a) para planejar, desenvolver, implementar, sistematizar e avaliar ações extensionistas. Enfrenta-se também desafios relacionados ao desenvolvimento de metodologias participativas articuladas aos desenhos de pesquisa-ação ou pesquisa participante, por exemplo, (Gonçalves, 2015, Fontenele, 2024).

Outro ponto importante diz respeito à capacidade estrutural e logística para viabilizar ações de extensão que realmente estejam junto às classes populares, periferias, campo, etc. Para tanto, é necessário levar em consideração o volume de investimentos necessário para efetivar as atividades extensionistas. Tradicionalmente, além de ser socialmente desvalorizada em termos de *status*, a extensão também recebe poucos recursos para o seu efetivo desenvolvimento (Fontenele, 2024). Por outro lado, materializam-se em campos de vivências e experimentações interessantes para estudantes de graduação e pós-graduação. A interação social possibilita o desenvolvimento de habilidades sociais que foram, de alguma maneira, comprometidas durante a pandemia da Covid-19 em função do isolamento social e a mediação da vida por meio das telas.

Além disso, a extensão universitária ancora-se em relações de confiança estabelecidas com os territórios, grupos populares, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, dentre outros. Estabelecer este processo de trabalho coletivo demanda ações processuais de programas e projetos de extensão contínuos. A confiança é construída por meio da presença no cotidiano das comunidades, com resultados efetivos e interação horizontalizada de saberes (Costa, Dias & Silva, 2023).

A problematização apresentada nos parágrafos anteriores fundamenta a concepção da experiência que será descrita e analisada neste artigo. O projeto "Mulheres rurais: do acesso à apropriação das tecnologias da informação e comunicação"[i] foi contemplado pelo edital nº 11/2022 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) destinado a projetos de extensão em interface com a pesquisa. As atividades foram desenvolvidas no âmbito dos Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero, grupo que atua desde 2017 vinculado ao Departamento de Economia Rural e Pós-Graduação em Extensão Rural da

Universidade Federal de Viçosa (UFV). Reúne estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores. A centralidade do grupo está na relação entre comunicação, gênero e relações raciais no contexto rural. Temas presentes nas disciplinas de graduação e pós-graduação ofertadas pela coordenadora do grupo.

A partir do financiamento do projeto e da experiência do grupo, a extensão foi o eixo condutor à medida que o objetivo era contribuir para ampliar a autonomia das mulheres na produção de conteúdo para mídias digitais. O projeto partiu do entendimento que o acesso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) é um direito fundamental por garantir o acesso a outros direitos, como educação, saúde, informação e etc. (OEA, 2011) e ferramenta potencializadora da autonomia das mulheres rurais (Kwami, 2020; Rotondi et al., 2020; Dhanamalar & Yuvashree, 2020). Embora fundamental para a vida contemporânea, as mulheres são as mais excluídas do acesso às TIC, o que traz consequências significativas para o desenvolvimento e a participação feminina na sociedade (Rocillo & Gomes, 2022; Kwami, 2020).

O tema trazido neste artigo dialoga com pautas globais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Dentro do ODS Equidade de Gênero há como uma meta específica a necessidade de "Aprimorar o uso de tecnologias facilitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres" (ONU, 2015). No contexto brasileiro, essa meta inclui o desenvolvimento de habilidades na criação de "conteúdos de comunicação e mídia, levando em conta as interseções com raça, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade e cultura", especialmente para as mulheres que vivem em áreas rurais (IPEA, 2019). Essas habilidades são denominadas de literacia digital que envolve o aprendizado no uso das tecnologias digitais, capacidades operacionais e comunicacionais, além do aprimoramento educacional e social. Esse conjunto de habilidades permite um uso criativo, ético e eficaz das oportunidades digitais (Buckingham, 2008; Corrêa & Gonçalves, 2021).

Este artigo, situado na articulação entre gênero, território e TIC, tem como objetivo analisar os impactos das oficinas de letramento digital na autonomia de mulheres rurais quilombolas e assentadas, discutir os caminhos metodológicos do projeto a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e apresentar os resultados das atividades desenvolvidas. A proposta foi realizada com mulheres de dois territórios da Zona da Mata de

Minas Gerais[ii]: 1) Assentamento Denis Gonçalves (distribuído entre os municípios de Goianá (45km de Viçosa), Chácara (52km), Coronel Pacheco (60km) e São João Nepomuceno (75km), que é um dos maiores assentamentos da reforma agrária de Minas Gerais, referência na produção de alimentos sem agrotóxico (Pereira, 2018). Vivem no local 120 famílias que somam pouco mais de 400 pessoas. No assentamento há a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, que adota o princípio da educação do campo em sistema de alternância. 2) Comunidade Quilombola Córrego do Meio (localizada no município de Paula Cândido, MG, a 32km da sede campus da Universidade Federal de Viçosa) vivem em média e 59 famílias e somam cerca de 250 pessoas. No local existe uma escola quilombola que oferta ensino fundamental e médio. Os dois grupos se aproximam por ter no território um marcador da identidade política. Aqui, essas dinâmicas são examinadas sob a perspectiva interseccional que articula gênero, pertencimento étnico-racial e território enquanto marcadores que impactam essas mulheres no acesso e na apropriação das TIC.

O caminho da pesquisa, ensino e extensão

Como toda caminhada, o percurso metodológico teve suas pausas, recuos e reflexões para melhorar o diálogo com os dois grupos envolvidos nas atividades do projeto "Mulheres rurais: do acesso à apropriação das tecnologias da informação e comunicação", coordenado pela primeira autora deste artigo e líder do grupo de pesquisa Meios[iii]. A pesquisa qualitativa combinou entrevistas semiestruturadas e observação participante, realizadas com 27 mulheres - 15 quilombolas da Comunidade Córrego do Meio e 12 assentadas do Assentamento Denis Gonçalves, no ano de 2023, na Zona da Mata de Minas Gerais. O grupo, formado por discentes da graduação e pós-graduação, tem desenvolvido desde 2020 ações de extensão e pesquisa com mulheres quilombolas e assentadas da reforma agrária sobre temas relacionados às TIC, saúde e direitos.

As entrevistas individuais seguiram um roteiro semiestruturado contendo três eixos temáticos: (1) perfil sociodemográfico (idade, escolaridade, ocupação e renda); (2) padrões de acesso e uso das TIC no cotidiano; e (3) expectativas em relação às oficinas de literacia digital. Com duração média de 30 minutos, todas foram realizadas com consentimento pôr termo de assentimento/livre para a análise.

A observação participante foi desenvolvida em três contextos principais: durante as oficinas presenciais, nas interações do grupo de WhatsApp criado para acompanhamento entre encontros, e nas reuniões de planejamento com lideranças comunitárias. O diário de campo registrou sequencialmente: (a) dinâmicas de interação grupal, (b) dificuldades técnicas enfrentadas, (c) grau de apropriação dos conteúdos, e (d) manifestações de autonomia digital ao longo do processo.

De modo geral, agregamos várias técnicas de pesquisa social (entrevistas e observação participante). Essa metodologia possibilitou compreender e analisar o fenômeno social para que posteriormente fosse realizada intervenção. A intervenção ocorreu junto e em parceria com os grupos envolvidos na pesquisa (Thiollentt, 2011). Esta ação extensionista adota metodologia dialógica e participativa, conforme os preceitos da comunicação intercultural que implicam a comunicação horizontal, o compartilhamento de responsabilidades, a identificação da cultura e interesses locais e a democratização do conhecimento (Zambrano, 2021; Oliveira & Sabbatini, 2020).

Os primeiros passos: aproximação com os grupos

O caminho metodológico, trazido neste tópico, foi construído a partir do diálogo com as mulheres, por isso, mescla-se com os resultados. Afinal, como prática dialógica torna-se difícil separar em "caixinhas" a descrição da metodologia sem abordar as trocas entre as envolvidas que resultaram em adequações das nossas ações como pesquisadores/educadores/extensionistas. Para a realização do projeto, o Grupo Meios elaborou um planejamento de atividades, 7 etapas, conforme ilustrado na figura 1 a seguir:

Figura 1 - Etapas de trabalho pesquisa, ensino e extensão

Fonte: Dados da pesquisa

Na etapa de “aproximação” ou de “diagnóstico”, foi possível ajustar a proposta elaborada inicialmente com as expectativas dos grupos, a metodologia da interação, os direcionamentos políticos e a governança coletiva das atividades. Dessa forma, no contato inicial com as comunidades[iv] buscou-se conhecer suas demandas com relação às oficinas de literacia digital.

O tema do projeto, as tecnologias da informação e comunicação foi percebida pelas interlocutoras dos dois grupos sociais como relevante para o processo de geração de renda, mobilização e autonomia na produção de conteúdo digital. Entretanto, as mulheres rurais não só afirmaram a importância dessa temática atravessada pela discussão em torno das relações de raça e gênero – como apontaram para o fato de que, através das redes sociais, são reproduzidas relações de poder entre homens, mulheres e população LGBTQIA+.

No Assentamento Denis Gonçalves, as mulheres pontuaram que a proposta deveria possuir caráter antirracistas, feministas e anticolonialistas nas mídias digitais e dialogar sobre a comunicação como ferramenta de luta e de formação de consciência. De acordo com as considerações das mulheres assentadas “o engajamento das redes traz também o aspecto político, buscando, para além da técnica, a produção de conscientização social e política”. A proposta teve como objetivos: formar comunicadoras populares; fortalecer a organicidade e diálogo entre coletivos, movimentos e instituições; apropriação pelos sujeitos envolvidos das

técnicas de comunicação; realizar oficinas de literacia para mídia digital (fotografia com celular, Canva, escrita e redes sociais); compreender se/como as barreiras de acesso às TIC se interseccionam aos marcadores sociais (raça, território, escolaridade e geração.) e produzir conhecimento sobre a relação das mulheres rurais e TIC.

Foi criada uma coordenação político-pedagógica composta por militantes do MST e representantes do Grupo Meios, com o objetivo de acompanhar e garantir o andamento da Formação em Comunicação Popular. Essa coordenação também orientou as ações do processo formativo nas dimensões políticas e pedagógicas, junto às comunicadoras populares. Cada grupo ficou responsável por um núcleo específico, como mística e animação, alimentação, limpeza e organização do espaço, e coordenação do dia. Essa divisão detalhada de tarefas foi essencial para manter a organicidade dos grupos durante as oficinas. O WhatsApp desempenhou um papel importante nesse processo, servindo como uma rede social onde criamos um grupo para discutir e coordenar os núcleos, facilitando a comunicação e a colaboração de forma eficaz.

Na Comunidade Quilombola Córrego do Meio, as decisões também foram tomadas coletivamente. Para facilitar o diálogo, um grupo foi criado no WhatsApp pensado para o "tempo comunidade", termo que nos apropriamos da pedagogia da alternância[v] para manutenção do vínculo entre as oficinas (realizadas em média entre 15 e 21 dias), para prática e compartilhamento das tarefas (fotografias, artes etc.) e ainda para sanar dúvidas com os formadores.

Nesta fase inicial, a articulação mais presente foi entre ensino e extensão. Contudo, ao entrar no campo as etapas se articulam, como sublinham Souza Mynaio e Costa (2018, p.16), o pesquisador "que se deseja ser em campo, é preciso considerar a observação como um processo construído mutuamente e em interação. Em parte o pesquisador define seu papel, em parte ele é definido pela situação e pela perspectiva dos atores locais". Portanto, ouvimos, dialogamos para construir caminhos para as atividades. Aprendemos com a dinâmica do MST e das mulheres quilombolas sobre a distribuição das tarefas a responsabilidade compartilhada entre todas as participantes e, sobretudo sobre a liderança coletiva no território quilombola.

A etapa inicial de "aproximação" forneceu elementos para o planejamento das atividades. Nesta fase, ficou mais perceptível aos integrantes do Meios o ensino como articulador da extensão e da pesquisa. Reunimos as demandas e desenvolvemos o material de apoio didático, as cartilhas (figura 2). Buscamos usar imagens dos grupos envolvidos para

aproximar e valorizar as mulheres envolvidas. A perspectiva da comunicação intercultural orientou a produção do material didático. As participantes consideraram as cartilhas como ponto positivo. “Nossas fotografias, isso é tão bom que nos sentimos representadas, sabe, nos incentiva mais” (CM 03, 24 anos). CM, 7, destacou: “Além disso, estamos na capa, eu! No dia em que olhei, não acreditei, mas na hora que olhei, pensei: sou eu mesmo?”. Essas são algumas das falas que mostram como é significativo o enfoque intercultural nas pesquisas e, principalmente, na prática de extensão universitária, que deve ser considerada como intercâmbio, diálogo, valorização da cultura local e não apenas transferência de conhecimento (Freire, 1979).

Figura 2 - Material didático das oficinas

Fonte: Grupo de Pesquisa Meios - Comunicação, Relações Raciais Gênero

Houve necessidade de adequação para atender algumas demandas dos grupos, além das previstas originalmente no projeto. Por exemplo, as lideranças do Assentamento Denis Gonçalves solicitaram uma aula sobre o tema desinformação e algoritmos para ampliar o conhecimento sobre o impacto político do uso da internet e, sobretudo das redes sociais. Demandaram também uma oficina sobre diagramação de cartilha, habilidade que precisavam para mobilização e para preparação de material didático para alunos da escola do MST. Na Comunidade Quilombola Córrego do Meio, houve necessidade de oficina do Canva mais voltada para o uso em sala de aula, pois muitas das participantes atuavam como educadoras na escola quilombola.

Em seguida, foram realizadas as oficinas, em que fizemos uma entrevista com roteiro semiestruturado para conhecer o perfil demográfico para entender como se dá o acesso e formas de uso/apropriação das TIC. Realizamos a formação, cerca de 1h30, construída de forma dialogada. Depois, o grupo praticava o conteúdo do dia fotografia, Instagram ou Canva. Deixamos atividades para a prática do conteúdo, que sugerimos que fossem compartilhadas no grupo criado no WhatsApp. Esta etapa que denominamos de "tempo comunidade" foi bastante útil para sanar dúvidas principalmente em relação a fotografias de paisagens e alimentos/objetos. As mulheres também compartilharam artes feitas no Canva que tinham como motivos a família ou trabalho (artesanato e produtos feitos por elas).

Depois de 15 ou 21 dias, retornamos à comunidade. A parte inicial da formação era dedicada para sanar as dúvidas do encontro anterior e fazer uma avaliação parcial dele. A "adequação e avaliação" foi necessária, sobretudo para organização das agendas, por exemplo, na Comunidade Quilombola Córrego do Meios iniciamos com atividades aos domingos, depois foi sugerido ao sábado, mas no dia da atividade foi observado que esse dia não foi apropriado, muitas participantes trabalhavam pela manhã e precisavam da tarde para realização de tarefas domésticas e outras tinham compromisso profissional, portanto tivemos que readequar as oficinas para o domingo. A mesma dificuldade em relação ao assentamento, nesse caso devido às atividades políticas do MST.

A primeira etapa do ciclo se encerra neste momento e se reinicia com as oficinas. No final das atividades se encerraram com a avaliação final, que contemplamos no tópico resultado.

Resultado

O conhecimento sobre o sujeito digital, seu perfil social e as formas de apropriação das TIC (Ochoa, Lanchero, 2021) pavimentam o trabalho de campo (pesquisa e extensão). Nesta seção vamos apresentar o perfil das participantes, a relação delas com as TICs e, por fim, a avaliação que fizeram da formação em literacia digital.

Na Comunidade Quilombola Córrego do Meio (CM), as participantes tinham idade entre 15 e 47 anos, sendo que sete delas jovens, entre 15 e 29 anos (ver quadro 1). A maior parte delas, sete possuía o ensino fundamental (EF), quatro o ensino médio (EM), duas graduações (GR) e duas estavam cursando o ensino superior (GRI).

A renda média individual[vi] entre as participantes ficou R$1.579,00, variando entre R$600 e R$4mil. Das 13 mulheres adultas, sete eram beneficiárias do Programa Bolsa Família – política do governo federal de combate à pobreza que atende famílias cuja renda familiar mensal per capita seja inferior a de R$218 [$43,60]. Observa-se, por outro lado, que houve um retorno educacional por anos de estudos (Neri, 2008). Os três maiores rendimentos estão com as duas graduadas CM3 (R$4mil); CM 4(R$2,4 mil) e a graduanda CM9 (R$2,4mil).

Quadro 1 - Perfil das participantes

ID	Cor	Idade	Escola - Ridade	Renda individual	Bolsa Família	Compu Tador	Celular	Wifi
CM 1	Parda	35	EM	600,00	Não	Não	Sim	Sim
CM 2	Preta	22	EM	1.200,00	Sim	Sim	Sim	Sim
CM 3	Preta	24	GR	4.000,00	Não	Sim	Sim	Sim
CM 4	Preta	42	GR	2.400,00	Não	Sim	Sim	Sim
CM 5	Preta	47	EF	1.600,00	Sim	Não	Sim	Sim
CM 6	Preta	34	EF	600,00	Sim	Não	Sim	Sim
CM 7	Preta	38	EF	1.320,00	Sim	Não	Sim	Sim
CM 8	Preta	25	GRI	1.512,00	Sim	Sim	Sim	Sim
CM 9	Preta	29	GRI	2.400,00	Não	Não	Sim	Sim
CM 10	Preta	28	EF	1.200,00	Sim	Não	Sim	Sim
CM11*	Preta	34	EM	1.200,00	Sim	Sim	Sim	Sim
CM 12	Preta	42	EF	1.200,00	Não	Sim	Sim	Sim
CM 13	Preta	28	EM	1.300,00	Sim	Não	Sim	Sim
CM 14	Preta	17	EF	-	-	Sim	Sim	Sim
CM15*	Parda	15	EF	-	-	Sim	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa. *Mãe e filha.

Embora todas tenham celular, apenas CM 12 faz uso compartilhado com os filhos. O computador ainda não era um dispositivo comum nas residências. Sete mulheres acessavam a internet exclusivamente pelo celular, informações que dialogam com os dados da TIC domicílios que apontam que a presença de computadores em domicílios rurais e pobres é inferior em relação às áreas urbanas (CTIC, 2023). Todas as participantes informaram ter Wifi em casa, chama atenção que oito delas contrataram o serviço de internet há menos de três anos, ou seja, durante a pandemia de Covid-19, período no qual estar conectada se tornou ainda mais necessário para trabalhar, estudar e garantir o auxílio emergencial pago pelo governo federal.

Ainda que todas as participantes pertençam ao mesmo território e grupo étnico-racial na comunidade quilombola, a condição de classe desfavorável perpassa a maioria das mulheres, as diferenças intragrupo que aumentam a vulnerabilidade interseccionam, principalmente, a renda e a escolaridade. As participantes em situação de mais vulnerável são aquelas com menor escolaridade e com famílias mais numerosas, como são os casos das agricultoras CM 11, 34 anos, e CM7, 38 anos. Ambas possuem ensino fundamental, CM 11 vive com um salário mínimo para a subsistência de sete pessoas (dois adultos e três filhos com idade entre 0 e 15 anos de idade) e CM7, a renda familiar é de R$1,5 mil para subsistência de cinco pessoas (dois adultos e três jovens).

No Assentamento Dênis Gonçalves (DG), a idade das participantes foi bastante diversa, entre 14 e 63 anos, sendo a metade jovens. Duas assentadas haviam completado pós-graduação (PG), seis têm ensino médico completo (EM) e outras quatro finalizaram apenas o ensino fundamental (conforme quadro 2). A renda média individual é muito variada, entre R$300,00 e R$5.200, tendo uma média de R$2.141,00[vii]. Percebe-se que as maiores rendas individuais são relativas a participantes brancas, DG09 (R$5mil), DG10 (R$3,96mil) e DG12 (R$5,2mil), refletindo a desigualdade social histórica brasileira que produz assimetrias na ocupação dos espaços (Theodoro, 2022). Sobre o Bolsa Família, cinco participantes são beneficiários do programa, em sua maioria jovens.

Quadro 2 - Perfil das participantes assentadas

ID	Cor	Idade	Escola-ridade	Renda individual	Bolsa Família	Compu Tador	Celular	Wifi
DG 1	Parda	30	EM	1.600,00	Sim	Sim	Sim	Não
DG 2	Preta	14	EF	-	Sim	Sim	Sim	Não
DG 3	-	21	EM	-	Não	Sim	Sim	Sim
DG 4	--	17	EF	300,00	Não	Sim	Sim	Não
DG 5	Preta	45	EM	1.000,00	Não	Não	Sim	Sim
DG 6	Parda	22	EM	750,00	Sim	Não	Sim	Não
DG 7	Branca	17	EF	-	Sim	Sim	Não	Não
DG 8	Parda	41	PG	3.200,00	Não	Sim	Sim	Sim
DG 9	Branca	35	PG	5.000,00	Não	Sim	Sim	Sim
DG 10	Branca	59	EM	3.960,00	Não	Não	Sim	Sim
DG 11	Parda	19	EF	400,00	Sim	Não	Sim	Sim
DG 12	Branca	63	EM	5.200,00	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas a participante DG7 não possui aparelho celular, e entre as que possuem, todas fazem uso individualizado do dispositivo. Oito participantes afirmaram ter computador em

casa, entretanto, entre estas, apenas quatro têm provedor de internet no domicílio, o que limita a inserção digital. Sobre este acesso via Wifi, sete assentadas afirmaram contratar provedores de internet, e apenas duas o fizeram a menos de três anos, motivadas pela pandemia da Covid-19. Importante destacar que o MST teve atuação importante neste período (Cardoso, 2023), buscando proteger e comunicar risco para seu público, e a organização social colabora com pontos públicos de internet, como é o caso do Wi-fi da escola do Assentamento.

Quadro 3 - Comparação acesso às TIC

Local	Nº Mulheres	Renda Média	Recebe Bolsa Família	Sem Computador	Sem Celular ou uso compartilhado	Sem Wifi
Comunidade Córrego do Meio	15	1.579,00	07	07	01	-
Assentamento Denis Gonçalves	12	2.141,00	05	04	01	05

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados revelam que 44% (12) participantes da pesquisa são beneficiárias do Bolsa Família (quadro 3), ou seja, estão em situação de pobreza. Sete são quilombolas, e entre as cinco beneficiárias do assentamento, quatro são negras (pretas ou pardas). O computador não está presente em 40% (11) dos lares das mulheres entrevistadas, e 18,5% (5) mulheres não possuem Wifi em casa. As que possuem restrição no acesso às TIC são, no geral, as que recebem bolsa família, são negras e possuem menor escolaridade. Para essas mulheres, a inclusão digital tem como primeira barreira a posse do dispositivo adequado (celular, computador/notebook) e acesso integral à internet (Wifi e dados móveis), o que Rotondi et al. (2020) denomina como hiato digital de gênero de primeiro nível.

Apesar dessa dificuldade inicial, as oficinas de literacia digital contribuíram para minimizar o hiato digital de segundo nível, que se refere às habilidades para o aproveitamento das TIC (Rotondi et al., 2020). A maior parte das participantes (23) afirmou ter aprendido a lidar com a internet e mexer nas redes sociais sozinha, entre estas se inserem todas as jovens, duas aprenderam com outras mulheres e quatro com os filhos. Como o empoderamento é um processo de aquisição de autonomia - ou seja, a capacidade de agir em nome próprio para promover as suas escolhas (Hussain & Amin, 2018), a busca pela interação digital pode ser considerada um primeiro passo para esta longa escada.

A participante CM7 (38 anos, preta, agricultora e artesã) demonstra a tensão e negociação existente entre a busca pela apropriação da TIC e a carga de serviços provenientes da vida doméstica e rural: "Coitada de nós, precisamos de tempo mesmo para lidar com as TIC, mas o serviço quase não deixa a gente fazer nada. Então quando a gente aprende alguma coisa, ... é só agradecer".

Entre as professoras da comunidade, observa-se o uso do Canva no cotidiano escolar. A professora CM 04, 42 anos, mencionou que o aprendizado nas oficinas melhorou a comunicação entre a escola e as famílias. "A gente que trabalha em sala de aula dá pra fazer artes, quando manda recadinho para casa [do aluno], você faz uma arte e não precisa ficar explicando, a família já entende, é muito bom!".

Entre as lideranças comunitárias, a formação também foi considerada positiva. Segundo a quilombola CM02 (28 anos, preta, professora) "o curso de literacia digital veio num momento muito propício, estamos nos organizando, criando redes sociais para poder divulgar o nosso trabalho e para chamar o pessoal para participar da associação".

Sobre as oficinas realizadas no assentamento, DG8 (41 anos, parda, Técnica em saúde Bucal) destacou que compreender essas ferramentas e saber utilizá-las, é conseguir hoje "dar alcance à nossa voz, ao nosso projeto. É um meio de passar uma mensagem e de divulgar, de comunicar ideias. E como o assentamento não é uma ilha isolada da sociedade, as TIC também é para nós, lazer, cultura e comunicação".

A apropriação da TIC permite a construção de identidades coletivas, que potencializam novos sentidos de cidadania, o que pode ser percebido na fala da assentada DG05 (45 anos, preta, agricultora e educadora): "Tem muitas coisas acontecendo da comunicação, aqui no assentamento. O Instagram, criando o perfil da escola, o site. Embora seja o início, é muito positivo. Acho que as oficinas nos incentivaram a compreender o básico e agora a gente segue".

A fala da participante cita novas estratégias de comunicação do assentamento e vai ao encontro de Hussain e Amin (2018) quando afirmam que o empoderamento não é apenas uma mudança individual, pois não pode ocorrer sem uma mudança nas relações de poder da sociedade. O acesso e a apropriação das TIC podem possibilitar a construção de identidades coletivas e de novos sentidos de cidadania, fortalecendo o combate à desigualdade.

Discussão

Os dados da pesquisa evidenciam que uma significativa parcela das participantes está em situação de vulnerabilidade econômica, com 44% sendo beneficiárias do Bolsa Família. Este dado reflete a realidade de pobreza enfrentada por muitas mulheres nas comunidades estudadas. A análise revela que, entre essas beneficiárias, há uma concentração de mulheres negras, e um acesso limitado às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com 40% das participantes sem computador e 18,5% sem acesso à internet Wi-Fi em casa.

A partir dessas observações, destaca-se que as principais barreiras enfrentadas por essas mulheres para a inclusão digital são a falta de dispositivos adequados e a ausência de uma conexão de internet estável. Essas dificuldades se enquadram no conceito de hiato digital de primeiro nível descrito por Rotondi et al. (2020). Contudo, as oficinas de literacia digital mostraram-se eficazes na redução do hiato digital de segundo nível, relacionado às habilidades para o uso das TIC. A maioria das participantes relatou ter aprendido a utilizar a internet e as redes sociais, muitas vezes de forma autodidata ou com o auxílio de familiares.

A experiência das participantes ilustra que o empoderamento, entendido como a capacidade de agir de forma autônoma para promover escolhas, pode ser visto como um processo gradual e contar com suporte da inclusão digital. Como se observa, em relação à extensão, as oficinas tiveram um impacto positivo nas práticas educacionais e comunitárias. O uso do Canva melhorou a comunicação escolar, enquanto lideranças comunitárias encontraram nas TIC ferramentas úteis para a divulgação de suas atividades e organização. No assentamento, as participantes observaram que a apropriação das TIC ampliou o alcance de suas vozes e contribuiu para a construção de identidades coletivas e novos sentidos de cidadania.

Esses resultados corroboram a visão de Hussain e Amin (2018), que afirmam que o empoderamento não é apenas uma mudança individual, mas uma transformação das relações de poder na sociedade. A inclusão e apropriação das TIC por essas mulheres têm o potencial de fortalecer o combate às desigualdades e promover uma maior coesão social.

Em suma, o projeto não só abordou questões relacionadas ao acesso e uso das TIC, mas também contribuiu para o fortalecimento da cidadania e da capacidade de ação coletiva das mulheres envolvidas. O sucesso das oficinas e a valorização das novas estratégias de

comunicação indicam que, apesar das barreiras iniciais, a apropriação das TIC pode ser um caminho importante para a emancipação e o fortalecimento das comunidades.

Embora o projeto inicialmente contemplasse dois pilares da indissociabilidade (pesquisa e extensão), a prática mostrou a existência de uma relação intrínseca entre educação e extensão, sendo esta uma atividade com enfoque educacional (Freire, 1983, p. 27). Tanto a problematização quanto a dialogicidade, que são fundamentos de sua visão educacional, estão presentes em sua interpretação do trabalho extensionista.

Considerações finais

A construção conjunta das atividades e a adaptação das intervenções de acordo com as demandas específicas das mulheres evidenciam o valor de uma metodologia dialógica e participativa. A criação de espaços de comunicação, como grupos no WhatsApp e a coordenação político-pedagógica, facilitou a colaboração e o compartilhamento de responsabilidades, fortalecendo a organicidade dos grupos e promovendo um ambiente de aprendizado e troca mútua.

As dificuldades e desafios enfrentados, como a necessidade de ajustar cronogramas e adaptar conteúdos, foram oportunidades de aprendizado e aprimoramento do projeto. Essas experiências sublinham a importância de uma prática extensionista que vai além da simples transferência de conhecimento, englobando o intercâmbio cultural e educativo que respeite e valorize a agência das comunidades envolvidas. A experiência reafirma a relevância da pesquisa, do ensino e da extensão universitária como ferramentas para a construção de um conhecimento mais inclusivo e democratizado, alinhado com os princípios de justiça social e igualdade.

Esta pesquisa demonstrou relevância social e acadêmica ao abordar o empoderamento digital de mulheres rurais a partir de uma perspectiva interseccional, articulando questões de gênero, raça e território com os ODS da Agenda 2030. Os resultados confirmam que o projeto alcançou seu duplo objetivo: tanto promoveu o empoderamento digital das mulheres rurais quanto validou a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. As oficinas permitiram que as participantes superassem barreiras técnicas no uso de TICs, as mulheres assentadas e quilombolas passaram a utilizar essas ferramentas para ativismo comunitário e discussões sobre gênero/raça, respectivamente. Na dimensão institucional, a experiência concretizou o

tripé universitário ao integrar disciplinas da UFV (ensino), produção de dados sobre exclusão digital (pesquisa) e atividades nas comunidades (extensão), seguindo metodologia participativa que se adaptou às demandas locais.

Persistem, contudo, desafios como o limitado acesso a dispositivos e a sobrecarga de trabalho doméstico, que exigem políticas públicas de conectividade rural com perspectiva de gênero. A experiência reforça a importância de editais continuados que fomentem a indissociabilidade, com equipes qualificadas e estruturas adequadas para ações extensionistas que combinem: (1) tempo para construção de confiança com comunidades, (2) produção de materiais didático-pedagógicos contextualizados, e (3) sistematização de dados que dê visibilidade às realidades locais. Evidenciou-se que a literacia digital contextualizada - articulada ao princípio da indissociabilidade - mostrou-se potente ferramenta para ampliar autonomias individuais e fortalecer comunicação comunitária, reafirmando o papel social transformador da universidade pública no enfrentamento das desigualdades.

Para finalizar, destacamos a importância de refletirmos sobre os caminhos construídos para efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Percebemos que se trata de uma prática complexa que envolve processos sociais que demandam tempo para aproximação, construção de espaços de governança coletiva, ações extensionistas focadas nas demandas e produção de material didático-pedagógico adequados aos coletivos, sistematização de dados para visibilidade das questões centrais dos estudos desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa e uma integração com atividades de ensino.

Para tanto, reforçamos a importância de editais que fomentem esta integração, estruturada adequada para seu funcionamento e equipe qualificada na vivência extensionista.

Referências

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 27833. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 1. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Buckingham, D. (2008). Defining digital literacy: What do young people need to know about digital media? In Lankshear, C., & Knobel, M. (Eds.). *Digital literacies: Concepts, policies and practices* (pp. 73–89). New York, NY: Peter Lang.

Cardoso, J. S. M. (2023). *Mulheres rurais e literacia digital: Questões para além do acesso* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Castro, L. M. C. (2004). A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In *Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, Brasil: ANPEd. Recuperado de http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm

Conselho Nacional de Educação. (2018, 18 de dezembro). *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências*. Brasília, DF: CNE. Recuperado de https://www.semesp.org.br/legislacao/resolucao-cne-ces-no-7-de-18-de-dezembro-de-2018/
Conte, I. (2022). Pedagogia da alternância na educação do campo em uma escola pública. *Revista de Educação Pública*, 31, 1–20. https://doi.org/10.29286/rep.v31ijan/dez

Corrêa, S. S., & Gonçalves, R. B. (2021). Competência em informação e mídia no ensino de História: Observações acerca de indicações de obras cinematográficas em meios virtuais. *Em Questão, 27*(2), 370–391. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/105056

Costa, B. A. L., Dias, M. M., & Silva, M. G. (2023). Economia solidária e extensão universitária: Vinte anos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa. *Mercado de Trabalho*, 76. https://doi.org/10.38116/bmt76/espp1

Dhanamalar, M., Preethi, S., & Yuvashree, S. (2020). Impact of digitization on women's empowerment: A study of rural and urban regions in India. *Journal of International Women's Studies*, *21*(5), 107–112. Recuperado de https://vc.bridgew.edu/jiws/vol21/iss5/11

Dias, M. M. (2017). A extensão universitária entre o assistencialismo, o mercado e a emancipação. In Sousa, D. T., Neves, C. A., & Vieira, L. B. (Orgs.), *Práticas e reflexões na extensão universitária: A experiência da Universidade Federal de Viçosa* (pp. xx–xx). Viçosa, MG: Editora da UFV.

Fontenele, I. C. (2024). A curricularização da extensão no Brasil: História, concepções e desafios. *Revista Katálysis*, 27, e97067. https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067

Forproex. (2006). *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: Uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu.

Freire, P. (1979). *Extensão ou comunicação?* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gonçalves, N. G. (2015). Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: Um princípio necessário. *Perspectiva*, *33*(3), 1229–1256. https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1229

Hussain, F., & Amin, S. N. (2018). 'I don't care about their reactions': Agency and ICTs in women's empowerment in Afghanistan. *Gender & Development*, *26*(2), 249–265. https://doi.org/10.1080/13552074.2018.1475924

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (Vol. 1). Brasília: IPEA. Recuperado de https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3249

Kwami, J. D. (2020). Gendered digital inequities in African contexts: Measuring and bridging the gaps. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, (16). https://doi.org/10.5399/uo/ada.2020.16.5

Maciel, A. S. (2010). *O princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão: Um balanço do período 1988–2008* (Tese de doutorado). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

Magnani, I. (2002). Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In *Anais da 25ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, MG: ANPEd. Recuperado de http://www2.uerj.br/~anped11

Marín Ochoa, B. E., & Cruz Lanchero, L. J. (2021). The social appropriation of mobile technologies: An opportunity for the construction of citizenship. *Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación*, *20*(39), 157–180. https://doi.org/10.22395/angr.v20n39a7

Minayo, M. C. S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139–153.

Moita, F. M. G. S. C., & Andrade, F. C. B. de. (2012). Ensino-pesquisa-extensão: Um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, *17*(52), 619–642. https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000400007

Oliveira, M. P., & Sabbatini, M. (2020). Perspectivas contemporâneas da folkcomunicação. In N. Prata, S. Jaconi, & G. Nascimento (Orgs.), *Desafios da comunicação em tempo de pandemia: Um mundo e muitas vozes* (pp. 246–265). São Paulo: Intercom.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Resolução A/RES/70/1, de 25 de setembro de 2015. Nova Iorque: ONU. Recuperado de https://undocs.org/A/RES/70/1

Organización de los Estados Americanos. (2011). *Relatorías de libertad de expresión emiten declaración conjunta acerca de internet* [Comunicado de prensa R50/11].

Pereira, L. S. (2018). *Sementes da vida e reforma agrária popular: Estratégias de (re)existência e autonomia camponesa* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Peruzzo, C. M. K. (2016). Epistemologia e método da pesquisa-ação: Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS, *XXV Encontro Anual* (pp. xx–xx). Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Recuperado de https://proceedings.science/compos/compos-2016/trabalhos/epistemologia-e-metodo-da-pesquisa-acao-uma-aproximacao-aos-movimentos-sociais-e?lang=pt-br

Rocillo, P., & Gomes, B. A. (2022). Marcadores de gênero na promoção da inclusão digital no Brasil. In Barbosa, B., Tresca, L., & Lauschner, T. (Orgs.). *TIC, governança da internet e gênero: Tendências e desafios* (pp. xx–xx). São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

Rotondi, V., Francesco, B., Pesando, L., & Kashyap, R. (2020). Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe. Recuperado de https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489

Santos, B. S. (2004). *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez.

Saviani, D. (1996). *Educação: Do senso comum à consciência filosófica* (11ª ed.). São Paulo: Autores Associados.

Souza Minayo, M. C., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139–153. https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.01

Takagi, D. (2015). First precepts for democracy and research practices in ethnic studies: Iteration, collaboration, and reflection. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*, *15*(2), 100–111. https://doi.org/10.1177/1532708614563786

Theodoro, M. (2022). *Sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação* (18ª ed.). São Paulo: Cortez.

Zambrano, F. (2021). Interculturalidad y TIC en los posgrados de educación en el Ecuador. *Bellaterra Journal of Teaching & Learning Language & Literature*, 14, e937. https://doi.org/10.5565/rev/jtl3.937

[i] O projeto foi contemplado pelo edital nº 11/2022 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) destinada a projetos de extensão em interface com a pesquisa.

[ii] A Zona da Mata fica no Sudeste de Minas Gerais, é formada por 142 municípios, 128 deles com população inferior a 20 mil habitantes. O maior município da região é Juiz de Fora com 540 mil habitantes (IBGE, 2022).

[iii] Grupo liderado pela primeira autora deste trabalho. Para ver mais: Instagram: @meios_ufv

[iv] Agradecemos à professora Irene Maria Cardoso por ter nos aproximado das lideranças do MST. Seu trabalho comprometido com mudanças sociais, a reforma agrária e agroecologia abriu caminho para o nosso trabalho. Em relação às comunidades quilombolas, já havíamos trabalho com um dos grupos, o que nos credenciou para ampliar nossa atuação.

[v] A pedagogia da alternância pode ser entendida um movimento pedagógico. "Articula a vida cotidiana dos estudantes e suas famílias com a teoria e a prática, alternando tempos e espaços educativos é mais do que metodologia, é concepção de uma forma de ensino, sobretudo para filhos de agricultores, originada na França na década de 1930, que chegou ao Brasil em 1968 para ser desenvolvida nos centros familiares de formação por alternância" (Conte, 2022 apud Gimonet, 2007).

[vi] Para fazer a média salarial retiramos as duas adolescentes CM 14 e CM15. Esta última foi acompanhada da mãe, CM11.

[vii] Para fazer a média salarial retiramos as duas adolescentes DG02 e DG07.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 09/10/2024
Aprovado em: 24/07/2025
Publicado em: 14/08/2025

Received on October 09th, 2024
Accepted on July 24th, 2025
Published on August, 14th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Funding

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Como citar este artigo / How to cite this article

APA
Lopes, I. S., Costa, B. A. L., & Silva, J. M. N. (2025). Mulheres rurais e literacia digital: relato da experiência da articulação entre pesquisa, ensino e extensão. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19395.

ABNT
LOPES, I. S.; COSTA, B. A. L.; SILVA, J. M. N. Mulheres rurais e literacia digital: relato da experiência da articulação entre pesquisa, ensino e extensão. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 10, e19395, 2025.